



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Superintendência Regional de Administração no Estado do Mato Grosso
Divisão de Administração e Logística

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO

(Processo Administrativo nº 10183.000430/2025-41)

TERMO DE CONTRATO Nº 08/2025 - SRA/MT

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, ANTEPROJETOS E PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, E A EMPRESA ACTUS EMPREENDIMENTOS LTDA na forma abaixo:

Aos nove dias do mês de outubro do ano de 2025, de um lado a UNIÃO, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CNPJ nº 00.489.828/0104-60, com sede na Avenida Vereador Juliano da Costa Marques, 99 - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT, neste ato representada pela Superintendente Regional de Administração, Sra. Fernanda Christina Garcia da Costa, nomeada pela Portaria nº 9.147, de 12 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2022, portadora da matrícula funcional SIAPE nº 1548370, no uso de suas atribuições, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa ACTUS EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 14.670.561/0001-02, com endereço na Rua Coronel Neto, 350 - Goiabeiras - Cuiabá/MT, Telefones: (65) 3624-3510, Whatsapp: (65) 99983-9890, Email: actusprojetos03@gmail.com, neste ato representada pelo seu sócio-administrador, Sr. Tatiana Helena Durante, CPF nº ***.647.032-**, no uso de suas atribuições, e daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o

disposto no processo administrativo SEI nº 10183.000430/2025-41, e em observância ao regime jurídico das licitações e contratos administrativos instituído pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações posteriores e regulamentos infralegais vigentes, celebram, por força do presente instrumento contratual, CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, ANTEPROJETOS E PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS, com execução indireta pelo REGIME POR PREÇO GLOBAL, conforme cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia para elaboração de estudos preliminares, anteprojetos e projetos básicos e executivos para construção, reforma, ampliação, recuperação e modernização de edificações públicas, conforme resumo abaixo:

Item 1 - Serviços de levantamento cadastral para atualização de projetos arquitetônicos	Local	Área Construída m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Edifício Sede MGI - SRA/MT	16.007	16.706	R\$5,56	R\$92.885,36
	Depósito de Várzea Grande	699			
Item 2 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura	Local	Área m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Recepção do Edifício Sede MGI - SRA/MT	200	5.623	R\$17,99	R\$101.157,77
	Guarita do Edifício Sede MGI - SRA/MT	10			
	Reforma do telhado do Depósito de Mercadorias Apreendidas da DRF/Cuiabá	1.363			
	Reaproveitar área para construção de estacionamento coberto com arquivo	3.800			
	Ampliação e modernização do Refeitório	250			
Item 3 - Serviços técnicos especializados de elaboração de	Local	Área Jardins m²	Área Total	Valor m²	Total unitário

projeto de paisagismo	Edifício Sede MGI - SRA/MT (Área terreno: 23.369,64 - Área projetada: 4.229,78 - Área de estacionamento: 8.445m²)	10.700	10.700	R\$2,89	R\$30.923,00
Item 5 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de acessibilidade	Local	Área Terreno m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Edifício Sede MGI - SRA/MT	23.370	23.370	R\$3,07	R\$71.745,90
Item 8 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de estrutura	Local	Área cobertura	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Reforma do telhado Depósito de Mercadorias Apreendidas - DMA	1.363	1.363	R\$7,27	R\$9.909,01
Item 9 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações elétricas	Local	Área Construída m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Edifício Sede MGI - SRA/MT	16.007	16.706	R\$5,06	R\$84.532,36
	Depósito de Várzea Grande	699			
Item 11 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sistemas prediais de CFTV e controle de acesso	Local	Área m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Edifício Sede MGI - SRA/MT - área de circulação interna	2.767	15.825	R\$2,24	R\$35.448,00
	Edifício Sede MGI - SRA/MT - Área externa	13.058			
Item 12 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio (PCI)	Local	Área Construída m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Edifício Sede MGI - SRA/MT	16.007	16.706	R\$4,23	R\$70.666,38
	Depósito de Várzea Grande	699			
Item 13 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações hidrossanitárias prediais	Local	Área m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Reforma das instalações dos banheiros do Edifício Sede MGI - SRA/MT	460	4.260	R\$3,55	R\$15.123,00
	Ligação da rede de esgoto do Edifício Sede MGI - SRA/MT	3.800			

Item 14 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações prediais de drenagem de água pluviais	Local	Área m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Área de jardins sobre as lajes do Auditório e DMA	190	4.170	R\$1,63	R\$6.797,10
	Readequação da estrutura dos poços de captação das águas pluviais do Edifício Sede MGI - SRA/MT	3.800			
	Readequação das canaletas da Pirâmide da entrada principal do Edifício Sede MGI - SRA/MT	180			
Item 16 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de fachadas	Local	Área paredes externas m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Edifício Sede MGI - SRA/MT	5.600	5.600	R\$2,71	R\$15.176,00
Item 18 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de impermeabilização	Local	Área m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Caixas d'agua do Edifício Sede MGI - SRA/MT	28	473	R\$1,33	R\$629,09
	Cisternas do Edifício Sede MGI - SRA/MT	55			
	Área de jardins sobre as lajes do Auditório e DMA	190			
	Impermeabilização das juntas dos vidros das pirâmides da cobertura do Edifício Sede MGI - SRA/MT	10			
	Marquise do subsolo do Edifício Sede MGI - SRA/MT	190			
Item 21 - Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações de SPDA	Local	Área Cobertura m²	Área Total	Valor m²	Total unitário
	Edifício Sede MGI - SRA/MT	3.004	5.066	R\$1,00	R\$5.066,00
	Depósito de Mercadorias Apreendidas - DMA	1.363			
	Depósito de Várzea Grande	699			
Valor Total da Contratação					R\$540.058,97

1.2. As características técnicas completas do objeto da presente contratação são aquelas detalhadas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo, sendo vinculativas às partes, conforme definido na Cláusula Segunda deste Termo de Contrato.

1.3. Na execução do objeto da presente contratação, as partes contratantes deverão observar estritamente todas as especificações técnicas, metodologias, condições e prazos fixados no Termo de Referência/Projeto Básico anexo, sob pena de responsabilidade

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de Pregão sob o número 09/2023 - UASG 090008, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo de Contratação SEI nº 0001411-12.2023.4.05.7400, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativa ao objeto contratual, particularmente quanto a(ao):

2.1.1. Edital de Licitação nº 20/2023, bem como todos os seus anexos;

2.1.2. Projeto Básico/Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,

2.1.3. Proposta da CONTRATADA e seus anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto da presente contratação será de forma indireta, segundo o regime de execução POR PREÇO GLOBAL.

3.1.1. Não será permitida a transferência total, a qualquer título, da execução do objeto desta contratação a terceiros.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do Termo de Contrato, abrangendo os prazos de execução acrescidos dos períodos de recebimento provisório e definitivo, conforme estabelecido no Termo de Referência e seus anexos. A vigência poderá ser prorrogada, nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133 /2021, desde que devidamente justificada e limitada ao prazo necessário para a conclusão do objeto contratado.

4.2. O prazo de entrega de cada projeto poderá ser pactuado pelas partes, a partir da natureza, complexidade e dimensão do escopo contratual, com prazos de 60 a 270 DIAS CORRIDOS, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, sendo divididos nas seguintes etapas:

4.2.1. PRÉ-EXECUTIVA: prazo de até 5 DIAS, contados da assinatura do Termo de Contrato para fins de providências preliminares e emissão da Ordem de Serviços de autorização do início da execução;

4.2.2. EXECUTIVA: prazo de 30 a 210 DIAS, a partir da emissão da Ordem de Serviços, destinados à execuções completa dos serviços previsto no escopo do Contrato, observadas as etapas detalhadas no cronograma Minuta - termo de contrato (3723570) SEI 0001411-12.2023.4.05.7400 / pg. 5 físico-financeiro anexo;

4.2.3. PÓS-EXECUTIVA: prazo de até 25 DIAS, a partir do fim da execução do

escopo contratual, destinada aos procedimentos de recebimentos provisórios e definitivos. Parágrafo único. A vigência contratual poderá ser prorrogada nos casos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. As partes que integram a presente relação contratual comprometem-se a cumprir rigorosamente as obrigações diretamente elencadas nos parágrafos seguintes, sem prejuízo de quaisquer outras previstas nas demais cláusulas e condições expressamente contidas neste termo de contrato e nos seus anexos e documentos vinculativos, no intuito de alcançar os resultados pretendidos e preservação da qualidade na execução de seu objeto, bem como observar a legislação vigente, as normas de segurança e saúde do trabalho e os deveres indiretos intrínsecos a toda e qualquer contratação decorrentes dos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva.

5.2. O **CONTRATANTE** obriga-se a:

5.2.1. viabilizar todas as condições internas necessárias à efetiva execução do objeto pela CONTRATADA, observadas as condições, especificações e obrigações fixadas neste termo de contrato e seus anexos e apêndices;

5.2.2. acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de servidor ou equipe de fiscalização designada para este fim, e mediante processo administrativo de gestão e fiscalização, nos termos fixados no art. 117 da Lei 14.133/2021;

5.2.3. exigir o cumprimento integral de todas as especificações técnicas, metodologias, etapas, prazos e demais condições gerais fixadas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo;

5.2.4. efetuar a liquidação e pagamento das despesas decorrentes da execução do objeto contratual, observadas as condições, prazos e valores proporcionais ao que fora efetivamente executado e aceito pela Fiscalização;

5.2.5. promover a eventual e tempestiva alteração contratual decorrente de fato superveniente no sentido de garantir os melhores resultados às finalidades públicas concretas tuteladas pela presente contratação, observados os limites legais e as regras contidas neste termo de contrato e seus anexos;

5.2.6. garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da presente contratação, mediante os institutos do reajuste, repactuação, atualização e revisão de preços, observando-se os limites e condições legais, regulamentares e contratuais;

5.2.7. responder formal e tempestivamente a todos requerimentos apresentados pela CONTRATADA, particularmente quanto a pedidos de reajuste, repactuação, atualização e revisão de preços, observados os prazos e condições contidas no art. 123 e parágrafo único da Lei 14.133/2021, caso outros prazos e condições não sejam fixados neste termo de contrato e seus anexos e documentos integrantes e vinculantes;

5.2.8. receber formal e tempestivamente o objeto da presente contratação, observadas as regras contidas no Capítulo IX do Título III da Lei 14.133/2021 e neste termo de contrato e seus anexos;

5.2.9. implementar os controles de gestão necessárias e adequados ao gerenciamento dos riscos decorrente da presente contratação, observadas as normas e diretrizes fixadas no Capítulo III do Título IV da Lei 14.133/2021, os regulamentos vigentes e as regras concretas contidas neste termo de contrato e seus anexos integrantes;

5.2.10. observar para que, durante a vigência da presente contratação, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou no procedimento de contratação direta, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.2.11. apurar a responsabilidade do CONTRATADO em casos de inadimplemento contratual, e aplicar as sanções cabíveis, mediante observância rigorosa do devido processo legal, observadas as regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021, de regulamentações infralegais e internas e das regras específicas contidas nos anexos integrantes ao presente termo de contrato;

5.2.12. extinguir a presente contratação nas hipóteses e normas fixadas no Capítulo VIII do Título III da Lei 14.133/2021, observadas as regras regulamentares vigentes e concretas fixadas neste termo de contrato, sempre à luz do princípio da preservação dos contratos;

5.2.13. em caso de extinção do presente contrato, adotar as medidas assecuratórias dos interesses públicos previstas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízos da adoção de outras medidas legalmente prevista e da apuração da responsabilidade e sancionamento da Contratada em caso culpa;

5.2.14. apuração das responsabilidades e aplicando as sanções administrativas e perdas e danos cabíveis, observadas as diretrizes e normas contidas no Título III em seu Capítulo XI da Lei 14.133/2021, as regras regulamentares vigentes e contratuais pactuadas entre as partes;

5.2.15. determinar a preservação da presente contratação, declarando as medidas corretivas necessárias e adequadas, nos casos de identificação de irregularidades sanáveis, nos termos previstos no Título III em seu Capítulo XI da Lei 14.133/2021, as regras regulamentares vigentes e contratuais pactuadas entre as partes;

5.2.16. cumprir as demais obrigações dispostas neste termo de contrato e seus anexos e documentos integrantes e vinculantes, notadamente as obrigações elencadas no item 5.2 e 5.3 do Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Edital de Licitação respectivo.

5.3. A **CONTRATADA** obriga-se a:

5.3.1. realizar a regularização da presente contratação junto aos órgãos e entidades públicas responsáveis, nos termos da legislação (se for o caso);

5.3.2. indicar e manter preposto(s) formalmente constituído(s) para funcionar como elo com a CONTRATANTE, inclusive com a indicação de todos os canais de comunicação disponíveis e compoderes adequados e suficientes à solução de toda e qualquer questão contratual suscitada;

5.3.3. prover condições que possibilitem o início da execução do objeto da presente contratação na forma disposta neste termo de contrato e seus anexos e documentos integrantes e vinculativos;

5.3.4. cumprir integralmente as especificações técnicas, metodologias executivas, prazos e condições gerais fixadas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo;

5.3.5. atender tempestiva e integralmente todas as solicitações da Fiscalização da presente contratação, como também submeter-se as suas determinações legítimas e compatíveis com as obrigações legais, regulamentares e contratuais;

5.3.6. aceitar, nas mesmas condições inicialmente pactuadas e observados os limites legais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias ao escopo contratual, observados os requisitos e limites fixados na Lei 14.133/2021, como também nas normas regulamentares e regras contratuais;

5.3.7. atuar de forma proativa e colaborativa no sentido de garantir o alcance dos melhores resultados técnicos possíveis com a execução do objeto, comprometendo-se com a indicação de eventuais medidas técnicas a ajustes e readequações das especificações técnicas do objeto;

5.3.8. responsabilizar-se exclusivamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da presente contratação, não podendo alegar qualquer situação de fato ou de direito que venha a transferir tal responsabilidade à CONTRATANTE, mesmo que parcialmente;

5.3.9. ressarcir os eventuais prejuízos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por atos comissivos ou omissivos, dolosos ou culposos, cometidos por seus empregados, prepostos e/ou prestadores de serviços subcontratados na execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a existência de fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

5.3.10. manter-se, durante o prazo de vigência desta contratação, em regulares condições de contratação, habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, como também em compatibilidade com as obrigações assumidas, fornecendo os documentos e informações necessárias para tal comprovação nos autos do processo de gestão e fiscalização contratual;

5.3.11. prestar todas as informações e apresentar a documentação necessárias para fins de medição (se for o caso), liquidação e pagamento da despesa, como também de avaliação da qualidade da prestação (se for o caso), observadas a legislação orçamentária e financeira vigente, as normas da Lei 14.133/2021 e as regras contratuais pactuadas;

5.3.12. cumprir as exigências de reserva de cargos previstas na Lei nº 8.213/91 e na CLT, bem como em outras normas infralegais específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

5.3.13. não integrar ou manter no seu quadro societário, durante a vigência da presente contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos fixados arts. 2º, inc. VI, e 3º, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005;

5.3.14. submeter-se às sanções administrativas e indenizações por perdas e danos decorrentes de atos comissivos ou omissivos, dolosos ou culposos, de seus prepostos, empregados e prestadores de serviços subcontratados que representem infração a obrigações contratuais e/ou causem danos ao erário ou a terceiros;

5.3.15. acatar as medidas saneadoras ou corretivas de irregularidades na presente contratação determinadas pela CONTRATANTE, observados as condições e limites legalmente fixados, as regras regulamentares e contratuais, exercendo os direitos subjetivos inerentes ao devido processo legal;

5.3.16. contribuir de boa-fé para com as medidas de preservação da presente contratação em casos de irregularidades ou inadimplementos contratuais identificados, inclusive submetendo-se aos ajustamentos de condutas propostos pela CONTRATANTE;

5.3.17. submeter-se aos meios alternativos de solução de controvérsias contratuais previstos na Lei 14.133/2021 e neste termo de contrato;

5.3.18. garantir o objeto executado e entregue no prazo e nas condições fixadas

na legislação vigente, responsabilizando-se pela solidez e segurança de materiais e serviços executados;

5.3.19. reparar e corrigir os vícios, defeitos incorreções executivas identificadas, observado o prazo fixado pela Fiscalização;

5.3.20. cumprir as demais obrigações dispostas neste termo de contrato e seus anexos e documentos integrantes e vinculantes, notadamente as obrigações elencadas no item 5.4 do Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Edital de licitação respectivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS CONTRATADOS

6.1. A Superintendência Regional de Administração no Estado de Mato Grosso pagará à CONTRATADA os valores descritos na Cláusula Primeira, já acrescido de todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, mão-de-obra, etc...), totalizando R\$ 540.058,97 (quinhentos e quarenta mil cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

7.1. A despesa prevista nesta contratação encontra-se empenhada, conforme Nota de Empenho 2025NE000443, de 09 de outubro de 2025, à conta da dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral da União, do corrente exercício, PTRES 225040 e no elemento de despesa 449051-80.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os valores pactuados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação do INCC - DI (Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna), da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados no SUBITEM 7.7 do Projeto Básico/Termo de Referência.

8.2. A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos fixados no art. 92, § 4º, da Lei 14.133/2021.

8.3. A data base para reajustamento dos valores pactuados neste termo de contrato será o dia 09 de outubro de 2026, sendo o índice de reajuste do contrato o resultado acumulado do período anual anterior a tal data.

8.4. O reajustamento deverá ser concedido pela CONTRATANTE independente de requerimento da CONTRATADA, em até 60 dias contados da data base, devendo ser registrado mediante simples apostilamento contratual nos autos do processo de gestão e fiscalização do contrato.

8.5. No caso da concessão automática do reajustamento indicado no parágrafo anterior, deverá a CONTRATADA ser notificada previamente em relação ao índice a ser aplicado, podendo contraditar justificadamente no prazo de até 5 dias úteis.

8.6. O direito ao reajuste contratual poderá ser denegado totalmente, ou negociado em relação a seu quantum, por acordo entre as partes, sendo devidamente registrado no respectivo apostilamento contratual.

8.7. A regra de reajuste prevista no caput poderá ser objeto de alteração, inclusive quanto ao índice e metodologia, por acordo entre as partes, desde que não

represente desequilíbrio econômico.

9. CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1. No decorrer da vigência da presente contratação, havendo comprovado desequilíbrio econômico-financeiro por qualquer das partes contratantes, caberá a revisão dos preços pactuados, para mais ou para menos, nos termos fixados nos arts. 124, inc. II, alínea "d", 130 e 134, todos da Lei 14.133/2021.

9.2. No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual em decorrência do evento superveniente suscitado.

9.3. O fim da vigência contratual não impede a revisão dos preços pactuados, desde que a parte interessada tenha alegado formalmente o desequilíbrio antes do termo final da vigência, nos termos do art. 131 da Lei 14.133/2021.

9.4. A revisão dos preços contratuais deverá ser processada mediante processo administrativo que garanta amplamente o contraditório e a ampla defesa, devendo ser determinada por ato decisório da autoridade competente e formalizada por intermédio de Termo Aditivo pactuado entre as partes.

9.5. Parágrafo quarto. A CONTRATANTE deverá analisar e emitir decisão fundamentada em relação ao pedido de revisão de preços no prazo máximo de 30 dias, salvo se pendente informações ou documentos que devam ser prestados ou fornecidas pela CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- DA ACEITAÇÃO OU REJEIÇÃO DO OBJETO EXECUTADO

10.1. O objeto executado pela CONTRATADA será medido e analisado pela Fiscalização que poderá aceitá-lo ou rejeitá-lo, total ou parcialmente, observados os procedimentos e prazos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico anexo.

10.2. A Fiscalização deverá emitir nota técnica detalhando a aceitação e/ou rejeição do objeto executado, inclusive indicando eventual parcela a ser glosada e a redução percentual do valor do pagamento em decorrência do IMR, para fins de registro processual, conhecimento da CONTRATADA e controle de gestão.

10.3. Nenhuma despesa será liquidada e pagamento será realizado sem a prévia atestação de sua efetiva execução por parte da Fiscalização.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

11.1. O pagamento será efetuado a proporção dos serviços efetivamente executados no período e aceitos pela Fiscalização, conforme procedimentos e prazos fixados no Termo de Referência/Projeto Básico anexo.

11.2. Em regra, o pagamento deverá ser posterior à execução e aceitação dos serviços, exceto em situações excepcionais em que poderá haver antecipação de pagamento, com fulcro no disposto no art. 145, § 1º, Lei 14.133/2021.

11.3. O valor a ser pago pela execução do objeto fixado na Cláusula Primeira poderá ser reduzido em razão da má qualidade na execução, nos termos atestados pela Fiscalização (se for o caso).

11.4. A partir da legislação tributária vigente e aplicável ao objeto, a CONTRATANTE deverá realizar as deduções de impostos e contribuições para fins de recolhimento direto, devendo pagar à CONTRATADA apenas o valor líquido.

11.5. Poderá haver retenção e glosa, parcial ou total, do valor a ser pago à CONTRATADA. A retenção é aplicável para assegurar direitos a indenização por prejuízos em geral e para fins de quitação de sanções de natureza pecuniárias eventualmente aplicáveis; já a glosa destina-se redução do valor a ser pago em face de inexecuções constatadas e de má qualidade na execução do objeto.

11.6. Havendo controvérsia em relação ao quantum a ser retido, ou ainda não operada o trânsito em julgado do processo de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, a CONTRATANTE deverá determinar a retenção cautelar do valor máximo, liberando imediatamente o pagamento da parte incontroversa.

11.7. Havendo atraso entre a data prevista para o pagamento e o dia do efetivo adimplemento da parcela devida, poderá a CONTRATADA requerer formalmente, no prazo máximo de 30 dias, a devida atualização financeira do respectivo valor, a qual será realizada segundo a seguinte metodologia:

$EM = VP \times ICM \times N \times I$, onde:

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da parcela a ser paga

ICM = Índice de correção monetária: IPCA

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

I = Juros de mora de 6% a.a ou 0,01644% a.d, assim apurado:

$I = \left(\frac{TX}{365} \right) \quad I = \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,0001644$

11.8. A atualização monetária indicada no parágrafo anterior deverá ser registrada por apostilamento nos autos do processo de gestão e fiscalização da execução da presente contratação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhamento e fiscalizada por servidor ou equipe de Fiscalização, especialmente designada para esse fim, à luz do disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, na IN nº 05/2017 – SEGES/MPDG e nas normas internas de gestão e fiscalização de contratos, nos termos descritos e detalhados no subitem 7.9 do Termo de Referência/Projeto Básico anexo.

12.2. São atividades típicas do acompanhamento e fiscalização contratual, as quais constam detalhadas de forma concreta no Termo de Referência/Projeto Básico anexo:

12.2.1. garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais;

12.2.2. aceitar ou rejeitar a execução do objeto para fins de liquidação e pagamento;

12.2.3. receber provisoriamente o objeto, nos termos fixados no art. 140, Lei 14.133/2021 e especificados neste termo de contrato e seus anexos;

- 12.2.4. anotação em registro próprio todas as ocorrências importantes para fins de posterior comprovação e controle;
- 12.2.5. determinar correções de falhas ou defeitos técnicos;
- 12.2.6. comunicar formal e tempestivamente aos superiores para adoção de medidas que não sejam de sua atribuição;
- 12.2.7. propor eventuais ajustes técnicos no escopo contratual para melhor atendimento à demanda da Instituição.
- 12.3. Caberá ao gestor contratual a coordenação e supervisão das atividades de acompanhamento e fiscalização do contrato, observadas as atribuições contidas fixadas nas normas regulamentares e internas, como também o disposto no Termo de Referência/Projeto Básico anexo.
- 12.4. Não será permitido à gestão e fiscalização praticar ingerência direta na gestão da CONTRATADA, ou realizar qualquer tipo de solicitação fora do escopo contratual, exceto quanto a situações em que haja justificada necessidade de antecipação de efeitos de futura alteração contratual, conforme previsto no art. 132 da Lei 14.133/2021.
- 12.5. A gestão e fiscalização permanente da presente contratação não exime ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela fiel execução do escopo contratual e por prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.
- 12.6. A CONTRATADA deverá submeter-se às solicitações e determinações legítimas da gestão e fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PARÂMETROS DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. A presente contratação poderá ser alterada em qualidade e quantidade visando melhorar os resultados pretendidos ao interesse público concreto tutelado, observados os requisitos e limites contidos no Capítulo VII do Título III da Lei 14.133/2021.
- 13.2. As alterações contratuais deverão sempre observar os seguintes requisitos e limitações:
- 13.2.1. ser decorrentes de fatos supervenientes à contratação, entendidos como sendo aqueles fatos inexistentes, ou não conhecidos, bem como aquelas que eram conhecidos, mas de consequências incalculáveis, antes da seleção do fornecedor;
- 13.2.2. não desnaturar ou transfigurar o objeto da contratação;
- 13.2.3. os percentuais contidos no art. 125 da Lei 14.133/2021 limitam as alterações em relação ao valor global atualizado da contratação, não incidindo isoladamente sobre cada item ou grupo de itens do objeto; e,
- 13.2.4. os conjuntos de reduções e acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor total atualizado do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/2021.
- 13.3. Em qualquer caso de alteração contratual, deverá ser garantido, em homenagem aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa e da isonomia, que não haja desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial, preservando-se inatingível o desconto inicialmente proposto pela CONTRATADO.
- 13.4. Qualquer alteração contratual decorrente de situações ou hipóteses

previstas nesta cláusula deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se a hipótese prevista na alínea "a" do parágrafo terceiro desta cláusula.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Em virtude da ocorrência de infração contratual, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade da CONTRATADA, como também para fins da aplicação da(s) sanção(ões) administrativa(s) cabível(is), garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme procedimentos fixados no item 9 do Termo de Referência/Projeto Básico anexo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. A presente relação contratual poderá ser extinta antecipadamente no interesse de uma das partes, ou de ambas, nas hipóteses fixadas no art. 137 da Lei 14.133/2021, respeitado o contraditório e ampla defesa e garantida a tutela do interesse público, e desde que não haja culpa concorrente da CONTRATANTE e nem grave prejuízo às finalidades públicas pretendidas com a contratação.

15.2. A extinção antecipada do contrato poderá ser formalizada por ato unilateral, a critério da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

15.2.1. nas hipóteses previstas nos incisos do art. 137 da Lei 14.133/2021;

15.2.2. transferência total da execução do objeto a terceiros, exceto nos casos de mutações empresariais em que exista vínculos entre a CONTRATADA e o terceiro; e,

15.2.3. nos casos de aplicação das sanções administrativas de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, incs. III e IV, Lei 14.133/2021, regulado contratualmente pela cláusula décima terceira deste termo de contrato.

15.3. A extinção do contrato será direito subjetivo da CONTRATADA, exercido mediante petição formal acostada aos autos da gestão e fiscalização, a qual deverá ser objeto de análise e decisão da CONTRATANTE no prazo de até 30 dias, sempre que ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 137, § 2º, Lei 14.133/2021.

15.4. A rescisão contratual poderá ser amigável, por acordo entre as partes, por conciliação ou por medição, desde que não prejudicial às finalidades públicas tuteladas pela contratação.

15.5. Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação específica.

15.6. A luz do princípio da indisponibilidade do interesse público e da preservação dos contratos, não poderá haver a rescisão contratual quando essa não for a medida objetivamente mais vantajosa ao interesse público primário.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente contratação regula-se:

16.1.1. por suas próprias cláusulas e condições, bem como pelas regras fixadas

nos documentos anexos integrantes e vinculativos;

16.1.2. pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores;

16.1.3. pela IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG e alterações posteriores;

16.1.4. regulamentos internos de gestão e fiscalização dos contratos);

16.1.5. regulamento do procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas por inadimplemento contratual);

16.1.6. pelos preceitos e princípios de Direito Público;

16.1.7. supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado.

16.2. Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os termos das normas e princípios supracitados, prevalecendo a ordem hierárquica contida no caput.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA

17.1. A eficácia interpartes do presente contrato fica condicionada à divulgação integral do presente termo de contrato no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, à luz do que preceitua o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Havendo a divulgação no prazo estabelecido nos dispositivos legais indicados no caput desta cláusula, o termo inicial de sua eficácia contará a partir da data de sua assinatura ou outro prazo pactuado.

17.3. Havendo a publicação após o prazo estabelecido nos dispositivos legais indicados no caput desta cláusula, o termo inicial de sua eficácia contará a partir da data de sua efetiva divulgação.

17.4. A íntegra do presente termo de contrato também será divulgada no site oficial da CONTRATANTE, inclusive com a disponibilização de ferramenta de buscas por palavras, nos termos da jurisprudência do TCU, no prazo de até 30 dias após sua assinatura.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVERSAS

18.1. Em caso de controversas referentes ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes, ao cálculo do quantum de indenizações e à extinção antecipada da presente contratação, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, especialmente a conciliação e mediação.

18.2. Havendo a opção consensual pela conciliação ou mediação, deverão as partes pactuarem compromisso irrevogável de aceitação e submissão à solução alcançada e determinada, como também à observância aos requisitos, procedimentos e ritos previstos na legislação específica vigente.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

19.1. O CONTRATADO declara, por este instrumento contratual, que cumpre com toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, assegurando a observância do disposto no conjunto normativo aplicável por seus colaboradores e prestadores de serviços que venham a ter acesso aos dados pessoais associados à

CONTRATANTE.

19.2. O CONTRATADO garante o tratamento de dados pessoais associados à CONTRATANTE será realizado única e exclusivamente para a execução do objeto contratual, não podendo realizar outra operação ou finalidade com referidos dados sem a prévia e expressa autorização ou solicitação da CONTRATANTE.

19.3. O CONTRATADO prestará, quando requerido, assistência à CONTRATANTE para fins de fornecimento de informações e/ou esclarecimentos às autoridades competentes, conforme exigido pela legislação aplicável quando tais informações se encontrem na posse do CONTRATADO ou de seus fornecedores/ terceiros autorizados.

19.4. O CONTRATADO notificará em até 48 horas à CONTRATANTE sobre qualquer reclamação, solicitação ou questionamento recebido das autoridades competentes e/ou de titulares de dados, e não o responderá em nome da CONTRATANTE a qualquer solicitação desta natureza, a menos que expressamente autorizado.

19.5. O CONTRATADO deverá garantir a confiabilidade e privacidade de qualquer funcionário ou terceiro que possa ter acesso aos dados pessoais associados à CONTRATANTE, inclusive por meio de instrução adequada e sujeição a compromissos de confidencialidade e privacidade.

Parágrafo Quinto. Na ocorrência de incidentes que possam acarretar riscos ou danos relevantes aos titulares dos dados pessoais associados à CONTRATANTE, o CONTRATADO obriga-se a notificar imediatamente a CONTRATANTE do ocorrido, além de cooperar com a investigação de causas do respectivo incidente.

19.6. O CONTRATADO será responsável, às suas expensas, pela investigação das causas dos incidentes de segurança que tenham ocorrido no âmbito da execução contratual e pela remediação de suas consequências, sempre relatando à CONTRATANTE as medidas adotadas e resultados obtidos.

19.7. Após o término da relação contratual, o CONTRATADO deverá eliminar, excluir, anonimizar ou devolver à CONTRATANTE, todos os dados pessoais a ela associados que estiverem em sua posse, dando continuidade compromisso de garantir a confidencialidade, privacidade e a proteção de tais dados.

19.8. O CONTRATADO obriga-se a indenizar e isentar de responsabilidades a CONTRATANTE contra quaisquer ações, reclamações, perdas, danos, despesas de qualquer natureza sofridas pela CONTRATANTE decorrentes da violação da LGPD.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Para dirimir controversas oriundas da presente contratação, será competente o Foro da Justiça Federal em Cuiabá, Seção Judiciária de Mato Grosso, com prejuízo de qualquer outro previsto nas regras processuais.

E, por estarem justos e de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam o presente, que vai assinado pelas partes eletronicamente.

Cuiabá, 09 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente

FERNANDA CHRISTINA GARCIA DA COSTA
Superintendente Regional de Administração

Documento assinado eletronicamente

TATIANA HELENA DURANTE
Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Christina Garcia da Costa, Superintendente**, em 09/10/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Helena Durante, Usuário Externo**, em 09/10/2025, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **54590311** e o código CRC **EED0B8CC**.

Referência: Processo nº 10183.000430/2025-41.

SEI nº 54590311